

Migração de nordestinos para o Médio Mearim-MA (1930-1960):
literatura regional e narrativas orais.

MÁRCIA MILENA GALDEZ FERREIRA*

A historiografia maranhense registra desde a segunda metade do século XIX a chegada de levas de migrantes oriundos de outras províncias da região hoje designada Nordeste¹. A atração da economia extrativa da borracha em direção à Amazônia e a expulsão da terra natal pelo fenômeno natural das secas periódicas são apontados, consensualmente, como explicação para o deslocamento de indivíduos e famílias e da sua fixação, pelo acaso da existência de terras devolutas, no território referido como “Maranhão”². Abordou-se o problema da migração oitocentista de piauienses, pernambucanos, potiguares, paraibanos e, em maior proporção numérica, cearenses, especialmente sob a égide da transformação das formas de trabalho no campo. A desagregação do escravismo exigia a reformulação do eixo produtivo e o advento de novos personagens (os migrantes nordestinos³) ia construindo, na prática, uma alternativa que vinha sendo estudada por intelectuais e administradores⁴.

Abordagens acerca do século XX trazem novamente à cena da narrativa histórica e sociológica os migrantes de Estados vizinhos do Nordeste. Estes aparecem ao lado de trabalhadores rurais e posseiros nascidos no território do Maranhão, ocupando áreas da fronteira agrícola da pré-Amazônia e/ou sendo expulsos de regiões de conquista já assegurada pela grilagem e políticas de expropriação legitimadas pelo Estado⁵.

* Doutoranda em História Social da UFF e professora Assistente II do Departamento de História e Geografia da UEMA

¹ Conforme ALBUQUERQUE JR (2001), a invenção do Nordeste enquanto espaço identitário e região política administrativa do Brasil é um processo recente que pode ser localizado nas primeiras décadas do século XX.

² Sobre a migração de cearenses para o Maranhão na seca de 1877-1879 ver SÀ (1997) e GONÇALVES (2009)

³ Trabalho inicialmente com a oposição das categorias “maranhense” e “nordestino” tentando tornar clara a apresentação do tema. Não concebo, todavia, tais categorias como definidoras de distinções enfáticas baseadas em concepções essencialistas do ser “maranhense”, “cearense”, “piauiense” etc. Aposto, sim, num embricamento de tais identidades na configuração dos espaços sociais.

⁴ Ver FARIA (2001) e ALMEIDA (2008)

⁵ Ver VELHO (1981), MASSUMECI (1988), LUNA (1984), ANDRADE e SANTOS (2009)

Tais abordagens historiográficas e sociológicas, porém, não refletiram sobre as experiências⁶ de migrantes nordestinos que se fixaram no território “maranhense”. Em relações de conflitos, tensões e/ou interações e imbricamentos com homens e mulheres nascidos em terras do Maranhão ou oriundos de levadas anteriores de nordestinos, esses atores foram enredados em teias sociais pré-existentes, ao mesmo tempo em que resignificavam cotidianamente identidades e práticas culturais locais.

Migração de nordestinos para o Maranhão na literatura regional

Em muitos momentos desenvolveram-se migrações oriundas das províncias do então norte do Brasil em busca de atividades econômicas mais atrativas. No século XVII, muitos nortistas da Zona da Mata seguiram os *caminhos do gado* rumo ao **sertão**, no XVIII, outros foram contaminados pela *febre do ouro* na região das minas e, nos oitocentos, pelos *louros do café* no Sudeste. A historiografia, porém, dá mais destaque aos movimentos migratórios que tem como razão de expulsão a seca, e de atração a abundância de chuvas, rios e terras devolutas e, posteriormente, o *boom* da borracha na Amazônia⁷. ALMEIDA (1995, p.93) se refere ao movimento das chamadas *bandeiras verdes*: “[...] dirigido sempre para uma terra onde as folhas nunca secam. Mais ou menos o sul do Pará e o oeste do Maranhão, onde as folhas nunca secam, onde as águas sempre correm”.

Na historiografia maranhense propriamente dita há poucos trabalhos específicos sobre a migração de nordestinos para o Maranhão. Duas monografias de conclusão de curso de graduação⁸ analisam migrações e políticas assistencialistas desenvolvidas na província durante *a maldita dos três setes*: a seca de 1877-1879. Apesar da distância de mais de dez anos na confecção dos dois trabalhos, não se observam mudanças significativas na construção do problema e no procedimento da análise. Nas palavras de Iracema Sá sua proposta é: “um estudo das migrações cearenses para o Maranhão no

⁶ O termo experiência é utilizado no sentido proposto por Thompson, como elemento estruturador da vida e da consciência social que se realiza e se expressa, por exemplo, nos sistemas de parentesco e costumes. (THOMPSON, 1981, p.189)

⁷ Muitos autores associam o boom da borracha e a seca de 1877-1879 como explicação para os deslocamentos migratórios da região atualmente correspondente ao Sertão semi-árido do Nordeste em direção à Amazônia. Uma tradição historiográfica sustentou por cerca de três décadas tal equação como inquestionável. Ver FURTADO (1964), PRADO, VELHO (1972), CAPELATO (1975) IANNI (1978) e WENSTEIN (1993).

⁸ Ver GONÇALVES (2009) e SÁ (1997)

período de 1877-1879, analisando a estrutura econômica desta província e as medidas tomadas por seus governantes visando à assistência aos mesmos” A autora, porém, não problematiza a reação dos migrantes a tais medidas. O trabalho, contudo, tem como mérito o levantamento documental procedido, ainda que a análise se restrinja, em muitos momentos, à descrição das políticas adotadas.

O impacto inicial do problema da seca no sertão do Ceará recai sobre a capital Fortaleza e outras cidades litorâneas cearenses que precisam abrigar e alimentar uma multidão de famintos, doentes e indigentes. Com o apoio de políticas imperiais inicia-se seu deslocamento para províncias vizinhas. São Luís começa a receber a partir de junho de 1877 um avultado número de migrantes. De acordo com os dados do porto teriam ingressado cerca de 10.849 retirantes nesta cidade com população então estimada em 34.966.(VIVEIROS,1973).

A primeira medida adotada pelo governo foi a criação de Comissões de Socorros a partir de setembro de 1877. Conforme FARIA:

As Comissões de Socorros providenciavam alojamento, alimentação, vestuário, remédio e trabalho. A presidência da província instruía que os retirantes fossem empregados preferencialmente em serviços de lavoura- em terras particulares ou em terras devolutas. Caso isso não fosse possível deveriam ser encaminhados para o trabalho em obras públicas. [...] Percebem-se dois objetivos nessa recomendação: engajando-os em trabalhos agrícolas esperava o governo, primeiramente, estar contribuindo para sanar a alegada falta de braços neste setor, por outro lado, desejava também diminuir as despesas com o sustento dos retirantes, pois quando ficavam trabalhando apenas em obras públicas, toda a manutenção corria por conta das verbas oficiais. Na capital da província e nos municípios fizeram limpeza e construção de estradas, recuperação de cadeias, casas das câmaras municipais, igrejas, cemitérios, pontes. (FARIA, 2001, p.175)

Foram criadas Comissões de Socorros “em quase todos os municípios então existentes⁹, deduzindo-se que os retirantes foram encaminhados não só para todas as áreas já ‘conquistadas’ da província, mas também para as que queriam incorporar, onde foram instalados os núcleos coloniais”.

⁹ Sá (1997, p.50) indica a instituição de uma Comissão de Socorros distribuidora no Alto Mearim que abasteceria as Comissões de Coroatá, Codó, São Luís Gonzaga, Pedreiras e Colônia Flores. Essas comissões se situam na área definida para a abordagem do problema norteador da pesquisa, apontando para a ocupação, ainda que temporária, de migrantes nordestinos nesta região a partir da década de 1870.

Faria analisa ainda as representações sociais dos *letrados* e as práticas governamentais em torno da questão da mão-de-obra na província do Maranhão. Temática recorrente entre os letrados desde a primeira metade do século XIX torna-se mais urgente e aguda a partir de 1850, quando o fim do tráfico negreiro expõe a eminência da abolição, e o tráfico interprovincial diminui significativamente o número de braços escravos¹⁰. Civilização dos índios, erradicação da vadiagem entre pobres livres, colônias estrangeiras, preparação dos egressos da escravidão para o mundo do trabalho livre, foram algumas das idéias ventiladas e, posteriormente, rejeitadas ou fracassadas nas experiências implementadas pelo poder público. A colonização dos livres nacionais, contudo, ainda que não planejada, efetivou-se, por um curto período como solução emergencial tanto para a assistência às levas de retirantes chegadas à província, quanto para a carência de braços nas lavouras em áreas já conquistadas e para a conquista do território em regiões de tensão com índios e quilombolas. Foram seis as colônias de retirantes oficialmente instituídas como medida emergencial e não como política de colonização propriamente dita. Outras colônias foram criadas por particulares sem contar com qualquer apoio do governo¹¹.

A partir de 1879, quando a *maldita dos três sete* começa a definhir, os estudos até então realizados não vislumbram o destino dos migrantes, quando as colônias são extintas e o Estado retira as políticas assistencialistas. Algumas hipóteses, porém, são levantadas pelos pesquisadores. Regina Faria (1999, p.174) referindo-se aos encaminhamentos tomados a partir de 1879 defende a seguinte possibilidade:

¹⁰ O Maranhão se integra tardiamente, em relação a outras regiões do Brasil ao sistema agroexportador. Somente a partir de meados do século XVIII com a criação da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão inicia-se de modo majoritário a adoção da mão-de-obra escrava africana e a cultura do arroz e do algodão. Esses dois produtos, acrescidos do açúcar a partir da década de 1840, serão o esteio da economia maranhense durante o período imperial. Experimentando períodos de *boom* e depressão, ao sabor das oscilações externas e das especulações do capital mercantil, dominam a cena de acalorados debates acerca do progresso/atraso da província. A partir da década de 1870 assiste-se a um redirecionamento da economia do Maranhão, que passa a vincular-se mais estreitamente ao mercado regional e a incorporar os trabalhadores livres, por muito tempo designados “vadios” e “indolentes”. Para mais informações ver Faria (2001) e (1999)

¹¹ Faria (2001, p.176-177) se refere a duas colônias de retirantes criados por iniciativa particular na região do Mearim: a Colônia Petrópolis em Codó e, em Coroatá, uma colônia de duzentos retirantes na Fazenda Cantanhede. Além da Colônia Flores, instituída oficialmente pelo governo na região do Mearim, houve, portanto, mais dois núcleos de retirantes na área de estudo adotada na década de 1870. Não contamos, porém, com informações acerca da permanência de tais “retirantes” ou na propagação de elogias a tal região nos locais de origem desses migrantes que possam ter originado ou alimentado entre cearenses, piauienses etc. a representação do Maranhão como Eldorado.

Em 04 de janeiro daquele ano o presidente da província instruíu o gerente da Companhia de Vapor do Maranhão a não mais receber migrantes nas cidades costeiras com destino ao Maranhão. Muitos se encaminharam para a Amazônia em busca de trabalho nos seringais. Muitos resolveram voltar para sua terra natal depois que os rigores das secas se amainaram, acredita-se, porém, que a grande maioria tenha se estabelecido mesmo em terras maranhenses.

Finda a *maldita dos três setes*, esses personagens desaparecem por algum tempo dos documentos e da curiosidade de pesquisadores. Outra terrível seca, a de 1932¹², traz-los de volta à História. Os migrantes nordestinos das primeiras décadas do século XX, são um dos componentes privilegiados para o entendimento dos rearranjos do Maranhão, com a ocupação de terras devolutas abundantes no Estado até a década de 1960, e se tornam parte integrante das linhas traçadas por historiadores, economistas, geógrafos, sociólogos e antropólogos.

Segundo o geógrafo Trovão, até o início do século XX haveria um vazio favorável à ocupação de migrantes, resultante de brechas entre os espaços ocupados pelo avanço das frentes de expansão litorânea e pastoril¹³ no Maranhão:

Na primeira década do século XX teve início, embora de maneira inicialmente tímida, uma penetração de nordestinos em busca de terras disponíveis e fugindo das secas e da dificuldade de mão-de-obra no próprio Nordeste, usaram como porta de entrada três lugares, inicialmente por via marítima, cuja entrada se fez pelo porto de Tutóia e as outras duas pelo Vale do Paraíba, tendo como entrada Floriano e Teresina. Referidos migrantes encontraram em terras maranhenses aquilo que não tinham no seu Estado de origem: terras abundantes e devolutas, índice pluviométrico satisfatório e solo úmido, graças à cobertura arbórea e a presença constante das chuvas (TROVÃO, 2008 ,p.24-25).

Atrelando a migração à busca de terras disponíveis associada à ocorrência de secas, esse geógrafo representa o Maranhão com imagens similares às veiculadas na imprensa: uma espécie de Eldorado, onde há disponibilidade de terras devolutas e características naturais atrativas à fixação (solo úmido, abundância de chuvas etc..).

¹² Ver BORGES (2009)

¹³ Segundo CABRAL (1992) o processo de ocupação do Maranhão deu-se a partir de duas frentes: a litorânea que se inicia em princípios do século XVII e caracteriza-se pela ação da Coroa Portuguesa, bem como de jesuítas e particulares sobre terras ocupadas pelo gentio nos vales dos rios Itapecuru, Pindaré, Mearim e Munim. Nessa área que, grosso modo, corresponde ao norte do Maranhão, desenvolveram-se principalmente a agricultura de subsistência e a agro exportação. A frente de ocupação pastoril inicia-se posteriormente em princípios do século XVIII e caracteriza-se pela ação de particulares que, seguindo os caminhos do gado, percorrem o interior da Bahia e do Piauí até chegar ao sudeste do Maranhão, onde se fixam numa região que passa a ser conhecida como Pastos Bons, pela boa inclinação ao desenvolvimento da atividade pastoril.

Trovão (2008, p.25-26) destaca ainda a revitalização de cidades ribeirinhas e antigos municípios e o desenvolvimento e diversificação da produção agrícola no Maranhão como consequência da fixação do migrante nordestino.

Em meados do século XX, o economista TRIBUZI (1981, p.27) vislumbra um “incremento da produção agrícola mais diversificada, notadamente os cereais, condicionado, em boa medida, pelo avolumar da tradicional corrente de imigração nordestina”, ainda limitada pelo então “mau condicionamento da estrutura viária que limita a expansão da área produtiva”, apesar da farta disponibilidade de terras devolutas no Estado do Maranhão.

O antropólogo Gilberto Velho, estudioso das frentes de expansão e da estrutura agrária na Amazônia, enfatiza, como Tribuzi, o adensamento das correntes migratórias de nordestinos para o Maranhão nesse período, entendendo como “hipótese plausível que a decadência da exploração da borracha amazônica tenha estimulado o movimento nessa direção a partir de 1920” (1972, p.96). Áreas decadentes de ocupação antiga e outras “efetivamente novas e de florestas dos vales” vão sendo ocupadas por distintas rotas traçadas pelos migrantes. Segundo VELHO (1972, 96), “um dos ramos da frente nordestina, após ultrapassar Caxias, avança no sentido noroeste e, em 1920¹⁴, estará a oeste de Codó, atingindo Pedreiras em 1940, Bacabal em 1950 e Arraial de Santa Inês em 1957”. Enquanto Caxias é uma área de ocupação antiga, considerada ponto de confluência das frentes de expansão litorânea e pastoril que iniciam a conquista no Maranhão nos séculos XVII e XVIII, Codó e Pedreiras são espaços personagens da *maldita dos três setes*, onde figuram, respectivamente, uma colônia não oficial de retirantes e uma Comissão de Socorros. Já Bacabal é um novo espaço personagem desse enredo, que, como Pedreiras, ganha fama no imaginário de migrantes dos sertões do Nordeste¹⁵. Para eles o Eldorado no Maranhão já tinha mapa traçado: Pedreiras e Bacabal.

¹⁴ TRIBUZI (1981, p.27) enfatiza a interligação rodoviária de todas as ligações do país no final da década de 1950, como fator facilitador da imigração nordestina, viabilizando, uma maior “ocupação produtiva de uma vasta nova fronteira de terras devolutas.

¹⁵ Nas entrevistas já realizadas, é recorrente entre os retirantes da seca de 1958 a saída de seus locais originais com destino já traçado: Pedreiras ou Bacabal.

Num estudo das transformações da estrutura agrária no século XX no Maranhão, ALMEIDA e MOURÃO (1976) apontam como um dos impactos do adensamento das correntes migratórias de nordestinos a partir de 1920, a escassez de terras nas áreas de ocupação mais antiga que “será uma das causas da migração de camponeses maranhenses, juntando-se ao fluxo de nordestinos em direção á Amazônia¹⁶” (1976, p.11). Nas áreas de ocupação mais recente, onde localizo e estruturo o objeto de estudo ora proposto, ALMEIDA e MOURÃO (1976, p.11) sinalizam:

[...] a formação propriamente dita da frente agrícola, que, a partir da região de transição para o vale do Médio Mearim, vai ocupando terras livres com base na exploração familiar, transformando o arroz, seu produto comercial por excelência, em elemento de maior peso na economia estadual, já a partir dos anos 50.

Narrativas orais: experiências de migrantes em Pedreiras-MA (1930-1960)

A construção do problema previamente proposto pressupõe a desnaturalização de uma premissa ainda presente na abordagem historiográfica: a representação homogeneizada dos migrantes como retirantes flagelados pelas secas. A representação de migrantes como flagelados expulsos pela seca de seus lugares natais é feita a partir da incorporação de representações veiculadas na imprensa regional, especialmente em períodos coincidentes com a ocorrência de grandes secas que expulsam das terras tenazes lutadores contra a sede, a fome e a *morte e vida severina*. A literatura e a historiografia regional já refletiram em larga escala sobre tal representação, dando grande contribuição na compreensão das agonias e desejos de retirantes em andanças extenuantes na saída de um lugar abandonado por Deus e pelo Estado. Tomo como problema a invenção de recomeços em outros espaços, deixando em suspenso a naturalizada e inextrincável relação entre migração de nordestinos e seca. *A priori* a migração e os migrantes não são tratados como auto-evidentes e/ou homogêneos. Quem foram e quem são hoje seus descendentes, por que vieram e por que ficaram, são, nesta proposta de pesquisa, perguntas e não premissas.

Adoto como recorte espacial a região do Médio Mearim. Essa área envolve diversos municípios e povoados como: Pedreiras, Lima Campos, Lago do Junco, Lago da Pedra, Poção de Pedras, Esperantinópolis, Joselândia, Bacabal, Coroatá, entre outros.

¹⁶ Sobre a frente de expansão dos *centros* e a *frente maranhense no Maranhão* ver ANDRADE e SANTOS (2009)

O recorte temporal (1930-1960) permite acompanhar o deslocamento de migrantes em momentos de grandes secas, 1930-1932, 1942, 1953 e 1958, e investigar a continuidade e/ou descontinuidade desse movimento no intervalo de estiagens no sertão do Nordeste. Interessa perscrutar estabilidades e/ou sazonalidades no deslocamento de famílias e/ou indivíduos para essa região.

Algumas implicações objetivas da migração de nordestinos para o Maranhão já foram indicados por geógrafos e sociólogos, interessa-me pensar a migração a partir de outro viés: o da transformação do espaço e das práticas culturais em uma das áreas densamente ocupadas por esses migrantes a partir do início do século XX¹⁷.

A pesquisa baseada nos métodos e técnicas da História Oral foi iniciada na cidade de Pedreiras. Foram realizadas até o momento 15 entrevistas entre abril de 2010 e fevereiro de 2011. A facilidade de contato com migrantes e seus descendentes, além da hospitalidade dos moradores, norteou a escolha desse espaço como primeiro lócus de pesquisa. Ao lado de Bacabal e São Luís Gonzaga, Pedreiras desponta como um dos principais focos de migração de nordestinos no Maranhão no recorte temporal ora adotado. O crescimento da cidade em torno das lavouras de arroz e algodão, a existência de usinas de beneficiamento, um intenso comércio praticado nas feiras e no trabalho cotidiano de tropeiros e, principalmente, a abundância de chuvas e terras devolutas foram elementos de atração e fixação de famílias e indivíduos oriundos de diversos estados do Nordeste.

Elejo como via privilegiada de acesso às experiências dos migrantes o levantamento e análise de suas histórias de vida através das técnicas empregadas pela História Oral, que possibilita contato com a narrativa da experiência de vida desses homens e mulheres na sua própria perspectiva. Conforme ALBERTI (1990, p.5):

Acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de algumas informações, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade, e da história oral como um todo, decorre de toda uma postura em relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu (grifos da autora)

¹⁷ Para mais informações sobre os percursos e as áreas de fixação atingidas por migrantes nordestinos no Maranhão no século XX ver TROVÃO (2008) e VELHO (1981)

O recorte temporal proposto fez-se levando em consideração a viabilidade da aplicação de entrevistas, bem como a possibilidade de acompanhar pelos depoimentos a repercussão (ou não) de grandes secas (1930-1932, 1942, 1958) nas suas experiências e de seus entes queridos.

O uso da História Oral requer nítida distinção entre rememoração e retorno ao vivido. Os fatos e experiências rememorados são sempre uma revivência do passado instituída enquanto narratividade a partir do tempo presente. Conforme ALBERTI (2006, p.169): “uma entrevista de História Oral é, ao mesmo tempo, um relato de ações passadas e um resíduo de ações desencadeadas na própria entrevista”. A autora aponta as diversas dimensões dos resíduos de ação no ato da entrevista: ela é resultante de uma ação interativa e intersubjetiva entre entrevistador e entrevistado que interferem mutuamente sobre suas narratividades; ela é um momento de interpretação do passado e não de mero retorno a ele; deve ser compreendida também como documento de cunho biográfico e, portanto, deve-se atentar para a dita “ilusão biográfica¹⁸”, ou seja, “a ideia de uma identidade coerente, de um todo, com projetos e intenções; de uma trajetória de acontecimentos sucessivos (é comum representar-se a vida como estrada, caminho, carreira, corrida etc.)” (ALBERTI, 2006, p.169)

Utilizo ainda a imprensa como documento buscando elementos que possibilitem uma melhor compreensão dos discursos reconstruídos nas lembranças de migrantes e descendentes. Em notícias veiculadas na imprensa a partir da década de 1930 é recorrente a representação do Maranhão como Eldorado. Interessa investigar a instituição dessa representação e sua apropriação pelos migrantes.

Ao efetuar um levantamento prévio na região do Médio Mearim constatei um número significativo de “nordestinos” e de seus descendentes nessa área. Nos seus relatos sobressai novamente a representação do Eldorado, que, se na década de 1930 era extensivo ao referente “Maranhão”, na década de 1950 é específica de algumas cidades como Pedreiras e Bacabal. Esse “Eldorado” do Mearim passa a ser tomado como destino almejado pelos migrantes advindos do chamado sertão nordestino

A incursão pelo universo da experiência migratória de nordestinos para a região do Médio Mearim no Maranhão busca suprir a lacuna de trabalhos acerca de identidades

¹⁸ Ver Pierre Bourdieu, “A ilusão biográfica” in FERREIRA e AMADO (1990)

específicas instituídas nesse espaço “maranhense” a partir de um processo de ocupação relativamente recente, iniciado no final do século XIX e intensificado nas primeiras décadas do século XX por iniciativas particulares de migração. Muitos entrevistados apontam 1932 como um ano em que muitas famílias chegam e se estabelecem na cidade de Pedreiras às margens do Rio Mearim. Outros se referem a levadas anteriores em 1914 e 1915, quando algumas famílias ou indivíduos se estabelecem ali temporária ou definitivamente.

Em 1932, o Estado do Maranhão empreende ações articuladas às políticas do governo federal no sentido de subsidiar a vinda de migrantes atingidos pelas secas do sertão de Caicó para áreas de fronteira agrícola no Médio Mearim. Levadas de “retirantes” embarcam no Porto de Natal com destino a São Luís, de onde são levados para a Colônia de Lima Campos, localizada a quatro léguas da cidade de Pedreiras¹⁹. A partir de então, pode-se observar em outros anos de seca do período estudado (1942, 1953 e 1958) a chegada de novas levadas em movimentos espontâneos, provavelmente impulsionados pelas fabulosas notícias da região propaladas de boca em boca. Referindo-se aos motivos da vinda de sua família para o Maranhão, Osael Faria (2011) assim se refere: “Por mode seca. Teve dois, três anos de seca lá Não chovia. Aí o ... não tem o que comer. Aí tem que procurar lugar que chove. Aí viemos pra cá” Segundo Osael, mesmo as grandes secas não atingem os grandes proprietários. São normalmente agregados e moradores que precisam se retirar para escapar da fome e da sede.

Alguns entrevistados, no entanto, afirmam que a migração de suas famílias, ainda que coincidisse com anos de grandes secas, não estavam diretamente ligados a elas. Lucas Aragão (2011) relata que sua família “não tinha precisão de sair do Ceará”: “o pai veio de fogoso”. As notícias de bonança real ou imaginária eram motivo de atração de muitos para a região. Entre os que dizem ter vindo sem precisão é recorrente também a queixa de que os que permaneceram na terra natal tiveram uma vida mais próspera. A idéia-imagem mítica do Eldorado é representada *a posteriori* com ironia e humor. Nas palavras de João Barreto, assim fala-se de Pedreiras e do Maranhão: “Lá ninguém entra no mato pra caçar não. O veado vem morrer dentro da casa da gente. A gente mata com um pau. Peixe ninguém pesca lá não. Eles foram enganados pelos mais espertos”. Provavelmente essa Pedreiras fabulosa era inventada e propagada por

¹⁹ Ver BORGES (2010)

nordestinos que já haviam se estabelecido e buscavam mão-de-obra barata para os trabalhos na lavoura, na pecuária e nas tropas de burro.

Os relatos que remetem a migrações decorrentes de grandes secas (1932, 1953 e 1958 principalmente) sinalizam para movimentos posteriores ou anteriores de parentes, amigos, compadres, vizinhos e conhecidos que vinham impulsionados pelas notícias do Eldorado situado às margens do Rio Mearim. Muitos desses homens e mulheres permanecem no Maranhão instituindo aí novas (velhas?) experiências, ainda que, elaborando por vezes uma imagem romântica, idealizada e “apaixonada” da terra natal. Alguns regressam a esta quando chegam notícias das primeiras chuvas. Quando cessa a seca, chega para muitos a hora de voltar:

Voltava por que...o cearense ele...é apegado no Ceará dele. Ele é garrado no Ceará mesmo....Quando falavam que tava se preparando pra chover, ele já tava de vela arrumada pra lá.Aí voltava pra lá. E quando chegava lá a seca escanchava. A seca escanchava e nêgo ficava lá na bacabeira, na rapa de mucumbira, comendo rapa de pau, como se diz, pra viver.Mas quando acochava, se a gente tinha que vir prum lugar, era o Maranhão. Era o Maranhão, era o Eldorado.(BARRET),2011)

Observamos em outros testemunhos representações da terra natal como ingrata, pobre e infértil. Tais entrevistados dizem nunca terem tido motivos para ali regressar. É o caso de Osael que associa sua terra natal no sertão do Rio Grande do Norte à seca, fome e miséria e representa a cidade de Pedreiras e o Maranhão com contundentes adjetivos de positividade.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **História Oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

_____. **Histórias dentro da História**. In PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **Nos destinos de fronteira**: história, espaço e identidade regional. Recife: Bagaço,2008.

_____. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo, Cortez, 2001.

ALMEIDA, Alfredo Vagner Berno de **A ideologia da decadência**: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão.Rio de Janeiro: Casa 8/FUA, 2008.

_____.**Movimentos sociais na Amazônia** in **Amazônia, mito e desencanto**. Revista Debate. Salvador: Publicação CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço), 1995. p. 83-115

_____. e MOURÃO, Laís. **Questões agrárias no Maranhão Contemporâneo**.in **Pesquisa Antropológica**, nºs 9 e 10, Brasília, UNB, 1976.

- ANDRADE, Maristela de Paula e SANTOS, Murilo. **Fronteiras: a expansão camponesa na pré-amazônia maranhense.** São Luís: EDUFMA, 2009.
- ARAGÃO, Lucas. Entrevista cedida em fevereiro de 2011.
- BARRETO, João. Entrevista cedida em fevereiro de 2011.
- BORGES, Marcel Braga. **A seca de 1832 e a instalação da Colônia de Lima Campos.** São Luís: UFMA, 2009. (Monografia de Graduação em História Bacharelado)
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado.** São Luís: Sioge, 1992.
- CARVALHO, Carlota. **Os Sertões: subsídios para a História e Geografia do Brasil.** Imperatriz: ética, 2000.
- FARIA, Osael. Entrevista cedida em fevereiro de 2011.
- FARIA, Regina Helena Martins de. **A transformação do trabalho nos trópicos: propostas e realizações.** Recife: UFPE, 2001. (Dissertação de Mestrado)
- _____. **Trabalho escravo e trabalho livre na crise de agro-exportação no Maranhão.** Monografia de especialização. São Luís: UFMA, 1999.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (orgs) **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração: memórias e práticas culturais-Mata Grosso na primeira metade do século XX.** Cuiabá, MT: edUFMT, 2006.
- GONÇALVES, Max Samuel Ramalho. **A grande seca de 1977-1879: uma análise sobre a imigração cearense no Maranhão.** São Luís: UFMA, 2009. (Monografia de Graduação em História Bacharelado)
- IANNI, Otávio. **A luta pela terra.** Petrópolis: Vozes, 1978.
- LAGO, Aderson. **Pedreiras: elementos para a sua história.** São Luís: IPES, 1976.
- LUNA, Regina Celi Miranda reis. **A terra era liberta: um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré-MA.** São Luís: EdUFMA/ Secretaria de educação do Estado do Maranhão, 1984.
- MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta.** São Paulo: Vértice, 1988.
- PRADO, Maria Lígia Coelho e CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A borracha na economia brasileira da primeira república.** In HOLANDA, Sergio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano,** 1º volume. Estrutura de poder e economia (1989-1930). São Paulo: Difel, 1975.p. 287-307.
- PINHEIRO, Gomes. José Tribuzi. **Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento.** São Luís: FIPES, 1981.
- SÁ, Iracema de Jesus Franco. **A imigração cearense no Maranhão (1877-1879)** São Luís: UFMA, 1997. (Monografia de Graduação em História Licenciatura)
- THOMPSON, E. P. **Miséria da Teoria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008.

VELHO, Gilberto. **Frentes de expansão e estrutura agrícola**. Rio de Janeiro: Editores, 1972.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio no Maranhão**. Volume 3. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1964.

VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no sertão: Histórias das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Ática, 2001.

WENSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Huctec/EdUSP, 1993.